



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

SUGESTÃO N° 12, DE 2015

Sugere à Comissão de Legislação Participativa a realização do I Seminário Nacional sobre Reforma Política.

Autor: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI

Relator: Deputado Fábio Ramalho (PV/MG)

I - RELATÓRIO

Trata-se de sugestão de realização do I Seminário Nacional sobre Reforma Política, a ser realizado no dia 27 de maio de 2015, pela Comissão de Legislação Participativa.

A Sugestão foi formulada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI, em parceria com a Coordenação Confederativa de Trabalhadores – CCT/ Coordenação do Forum Sindical de Trabalhadores – FST, entidades que agregam diversas federações, confederações e sindicatos de trabalhadores no Brasil.

A entidade autora informa que a demanda do evento origina-se da Pesquisa de Opinião Pública sobre Política e Estado com Lideranças Sindicais da Indústria do Plano da CNTI, realizada em 2014, bem como de 12 Encontros Regionais sobre Política e Estado, realizados em parceria com a Universidade de Brasília – UnB e o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – DIAP.

É o Relatório.

II- VOTO DO RELATOR

Preliminarmente, de acordo com a declaração prestada pela Secretaria da Comissão, observa-se que os requisitos formais, previstos no artigo 2º do Regulamento Interno da Comissão de Legislação Participativa — CLP, foram plenamente atendidos.

O assunto em comento é dos mais relevantes e atuais, tendo em vista a



Câmara dos Deputados
Departamento de Comissões
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

crescente mobilização da sociedade brasileira acerca do sistema político em vigência no País. A sociedade indica, por meio de seus movimentos sociais, a premência da realização de uma ampla Reforma Política no País, tendo por base as propostas da sociedade civil organizada.

Tendo em vista a iminência de esgotamento do prazo da Comissão Especial com o objetivo de debater a PEC 182/07, que trata da Reforma Política, a discussão da matéria com a sociedade civil torna-se ainda mais premente.

Questões como o fim da reeleição e a duração dos mandatos eletivos, limitações para o financiamento partidário, sistema de voto proporcional e majoritário e fidelidade partidária não tem encontrado consenso entre os parlamentares. É da voz do povo brasileiro que deve emanar a resposta para esses e outros desafios, guiando a construção de um modelo de estruturação política mais justa e eficaz.

Assim, pela pertinência do assunto, entendo que promover o I Seminário Nacional sobre Reforma Política, no âmbito desta Comissão, que é a porta de entrada da sociedade civil no Parlamento Brasileiro, vai ao encontro do objetivo de ampliar a participação popular nos processos de decisão política no País.

Pelo exposto, manifesto-me favoravelmente à Sugestão nº 12, de 2015, de autoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria – CNTI, nos termos do anexo requerimento.

Sala da Comissão, em de maio de 2015.

Deputado Fábio Ramalho (PV/MG)
Relator



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQUERIMENTO N.º DE 2015.

(Do Sr. Fábio Ramalho)

Requer a realização do I Seminário Nacional sobre Reforma Política.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização do I Seminário Nacional sobre Reforma Política, no dia 27 de maio de 2015.

A realização do evento atende à Sugestão nº 12/15, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria – CNTI, e tem por objetivo debater possíveis diretrizes de uma reforma no sistema político nacional, sob a perspectiva da sociedade civil organizada.

Serão convidados a palestrar representantes da sociedade civil e do governo federal, bem como outras autoridades e estudiosos do assunto, que serão indicados oportunamente por esta Presidência, ouvida a entidade proponente da Sugestão.

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento tem por objetivo atender à solicitação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI, que pretende promover o I Seminário Nacional sobre Reforma Política, no âmbito da Comissão de Legislação Participativa.

A Confederação Nacional da Indústria - CNTI, em uma ação conjunta com a Coordenação Confederativa de Trabalhadores – CCT/ Coordenação do Fórum Sindical de Trabalhadores – FST, sugere envolver diversas lideranças sindicais, bem como demais entidades da sociedade civil organizada, no debate e na construção de um sistema político mais equânime e eficiente para a nação brasileira.

Tendo em vista a iminência de esgotamento do prazo da Comissão Especial com o objetivo de debater a PEC 182/07, que trata da Reforma Política, a discussão da matéria com a sociedade civil torna-se ainda mais premente.

Questões como o fim da reeleição e a duração dos mandatos eletivos,



Câmara dos Deputados
Departamento de Comissões
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

limitações para o financiamento partidário, sistema de voto proporcional e majoritário e fidelidade partidária não tem encontrado consenso entre os parlamentares. É da voz do povo brasileiro que deve emanar a resposta para esses e outros desafios, guiando a construção de um modelo de estruturação política mais justa e eficaz.

Cabe à Comissão de Legislação Participativa acolher os anseios da sociedade civil organizada, propiciando amplo debate sobre temas de seu interesse, e fomentando a participação direta da sociedade no processo legislativo e nas decisões políticas do País.

Pelo exposto, apresento este requerimento, para o qual solicito o apoio dos nobres pares.

Sala da Comissão, em de maio de 2015.

Deputado Fábio Ramalho (PV/MG)
Autor